

13º ANPUH/ Rio de Janeiro – 04 a 07 de agosto de 2008

Simpósios Temáticos

Política Cultural e Patrimônio

Coordenadoras: Lia Calabre e Sônia Wanderley

Registro do Patrimônio Vivo: limites e possibilidades da apropriação do conceito de cultura popular na gestão pública

Um dos instrumentos mais relevantes das políticas públicas desenvolvidas atualmente no Brasil tem sido as patrimonializações de bens culturais imateriais. Em Pernambuco, o Registro do Patrimônio Vivo é uma lei que vigora, desde 2004, com o objetivo de valorizar, difundir e garantir a perpetuação de saberes e fazeres que se constituem como bens de natureza imaterial. Consiste em premiar, anualmente, três pessoas ou grupos que detenham as técnicas necessárias para transmissão do conhecimento tradicional e popular que esteja sob risco de desaparecimento ou extinção. O compromisso do Estado em oferecer uma bolsa mensal vitalícia aos premiados tem como contrapartida a garantia de que o candidato participará de programas fomentados pelo próprio governo, que venham a difundir seus saberes e fazeres. O processo de transmissão do conhecimento é privilegiado como forma de garantir a perpetuação dos mesmos, no entanto, critérios como carência social e idade do candidato, são balizadores do processo de análise das candidaturas. Uma reflexão sobre os objetivos e aplicação desta Lei, pretende levantar um questionamento sobre os conceitos de tradição e cultura popular que permeiam este processo, revelando os limites e as possibilidades desta apropriação no espaço da gestão pública da cultura popular.

Maria Acselrad

Coordenadora de Cultura Popular e Pesquisa/ Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco- Fundarpe

maria.acselrad@gmail.com